



# Anais da Assembleia

Nº 63

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 42.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1990  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, João Arruda, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (42). Achando-se ausente os seguintes Senhores Deputados: Antônio Bárbara, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira e Sabino Campos (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 106/90

Curitiba, 24.05.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assem-

bléia Legislativa ao 1º Termo Aditivo, já firmado, por motivo de urgência, em 27 de março de 1990, ao Convênio de Cooperação Técnica nº 1/89 celebrada entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Bosca Distribuidora de Alfatós S/A, objetivando a prestação de orientação técnica e operacional, conforme específica.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 107/90

Curitiba, 24.05.90

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 03 de abril de 1990, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento de Construção de Obras e Manutenção - DECON e o Município de Loanda, objetivando a construção da sede da 2ª Companhia Policial Militar do 8º Batalhão, no referido Município.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 108/90

Curitiba, 24.05.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio e respectivo Primeiro Termo Aditivo, cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivos de urgência, respectivamente, em 15.03.90 e 04.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Município de Cascavel e a Associação Comercial e Industrial daquela municipalidade, objetivando a manutenção e reparo de veículos, instalações e equipa-

mentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 109/90

Curitiba, 24.05.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização a fim de que o Poder Executivo possa celebrar, nos termos da minuta anexa, Convênio com a União, através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e do Instituto de Pesquisas Espaciais e com a Universidade Federal do Paraná, visando implantar e operar o "Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto do Estado do Paraná - LASERP".

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 110/90

Curitiba, 28 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, em conformidade com as disposições contidas no inciso XIX, do art. 87, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa, a fim de que o Poder Executivo, através da Fundação de Esporte e Turismo, possa subscrever ações no montante de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para integralizar aumento de seu capital na Companhia Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR.

A subscrição de ações cuja autorização constitui objeto da solicitação ora formulada será atendida por recursos oriundos do orçamento da Fundação de Esporte e Turismo - dotação orçamentária 1020.11653641.048 - fonte do Tesouro.

Para mais detalhados esclarecimentos em torno do assunto anexo cópia autêntica do Of. n. 0318/GAB/90, de 09 de maio de 1990 firmado pelo Senhor Secretário Especial de Esporte e Turismo, que consigna a importância do aporte de recursos na medida em que provoca necessariamente a contrapartida por parte dos demais acionistas, em benefício da Companhia em Termos

de investimentos.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Gabinete do Secretário Especial do Esporte  
Fundação de Esportes do Paraná  
Ofício n. 0318/GAB/90

Curitiba, 09 de maio de 1990.

Elabore-se Mensagem à A.L.E.

Em 29.05.90

(a) Álvaro Dias

Governador do Estado

Senhor Chefe.

Conforme determina o art. 87, item XIX, da Constituição Estadual, vimos, através deste, solicitar a Vossa Excelência, se digne proceder junto à Assembléia Legislativa do Estado, pedido de autorização para integralizar Recursos Financeiros no Capital Social da Companhia Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR, da qual o Estado é acionista, através da Fundação de Esporte e Turismo, detendo 39,86% do capital daquela empresa.

A subscrição e integralização ora pleiteada efetuar-se-á no montante de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), recursos oriundos do orçamento da Fundação de Esporte e Turismo - dotação orçamentária 1020.11.653641.048 fonte do Tesouro.

Salientamos, ainda, que a cada aporte de recursos provoca necessariamente uma contrapartida por parte dos demais acionistas que beneficia a Companhia em termos de investimentos.

Para melhor compreensão da situação, apresentamos informações adicionais no que tange à nossa participação acionária na COMFOZTUR. O capital social autorizado na Companhia é de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), divididos em 15 milhões de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital subscrito e integralizado em 30.04.90, pela Fundação de Esporte e Turismo, é de Cr\$ 28.870.127,54 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta mil, cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), correspondente a 14,44 por cento do capital efetivamente integralizado, sem considerar o saldo da correção monetária do exercício em curso 90, que será capitalizado na próxima Assembléia Geral Ordinária.

O esquema da capitalização da Companhia, no total do Capital, foi aprovado pela Resolução do CNTUR - Conselho Nacional de Turismo, n. 2953, de 22.07.87, a qual segue fotocópia em anexo. A partici-

pação do Estado do Paraná, através da Fundação de Esporte e Turismo, desde a fundação da Companhia, monta em Cr\$ 28.870.127,54 (vinte e oito milhões oitocentos e setenta mil, cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), correspondente a 1.691.765,17 BTN's, na data de 30.04.90.

Considerando as 1.264.575 ações ordinárias nominativas pelo seu valor patrimonial, a participação da FESTUR, de acordo com a Resolução acima mencionada, corresponde a 4.047.743,76 BTN's, das quais restam a integralizar 1.218.427,96 BTN's.

Sem mais para o momento, valemo-nos do ensejo para afirmar nossas cordiais saudações.

(a) EDSON GRADIA

Secretário Especial de Esporte e Turismo

Ao Excelentíssimo Senhor  
Wagner Brussolo Pacheco  
DD. Chefe da Casa Civil  
N/CAPITAL

MENSAGEM N° 111/90

Curitiba, 29 de maio de 1990  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 05 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, visando a execução do Programa de Apoio Empresarial para 1990.

Para fins de ratificação dessa Casa de Leis é também encaminhada cópia do sexto Termo Aditivo, datado de 26 de março de 1990, ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria da Fazenda e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a execução de Trabalho na área de recursos humanos.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado  
A Diretoria legislativa.

Ofícios:

Sob os n°s DTL/SAT/90, 91, 92, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117 e 118/90, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

220/90:

Do PODER EXECUTIVO, que aprova abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 26.083.245,00, para permitir a transferência de dotações orçamentárias, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 9251. - Anote-se. Arquite-se.

077/90:

Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a abertura de créditos suplementares até o valor de NCz\$ 3.561.194.768,00, a fim de atender despesas com pessoal e encargos sociais da Administração Direta e Indireta, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 9252. - Anote-se. Arquite-se.

277/90:

Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a abertura de créditos suplementares até o valor de Cr\$ 15.351.332.451,00, aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 9253. - Anote-se. Arquite-se.

014/90:

De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o CLUBE DAS MÃES DO CONJUNTO GRALHA AZUL, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 9255. - Anote-se. Arquite-se.

055/90:

De autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o LAR PRESERVAÇÃO DA VIDA, com sede à Rua Flamengo, s/n, Vila Marumby, na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 9256. - Anote-se. Arquite-se.

029/90:

De autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a CRECHE MUNICIPAL RECANTO FELIZ, com sede e foro na cidade de Mandaguari-Pr, o qual convertido em Lei tomou o número 9257. - Anote-se. Arquite-se.

056/90:

De autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede à Rua Curitiba, s/n, na cidade de Santa Fé, o qual convertido em Lei tomou o número 9258. - Anote-se. Arquite-se.

084/88:

De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MULHERES DE CARREIRA

JURÍDICA, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 9259. - Anote-se. Arquivo-se.

103/90:

De autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública o MINISTÉRIO EVANGÉLICO PRÓ-VIDA - MEPROVI, com sede e foro em Palmeira, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 9260. - Anote-se. Arquivo-se.

168/89:

De autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública a CRECHE JOSÉ DO PATROCÍNIO DA SILVA, com sede e foro no Município de Luiziana, o qual convertido em Lei tomou o número 9261. - Anote-se. Arquivo-se.

173/90:

De autoria do PODER EXECUTIVO, que altera a forma que especifica, a redação do Art. 6º da Lei nº 9194, de 18 de janeiro de 1990, o qual convertido em Lei tomou o número 9262. - Anote-se. Arquivo-se.

176/90:

De autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SANTOS LIMA, com sede e foro na cidade de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 9263. - Anote-se. Arquivo-se.

216/90:

De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que dispõe que ficam isentos do pagamento das taxas de confecção de Cédula de Identidade, junto ao Instituto de Identificação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, os maiores de sessenta e cinco anos, domiciliados em território paranaense, o qual convertido em Lei tomou o número 9264. - Anote-se. Arquivo-se.

225/89:

De autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 9265. - Anote-se. Arquivo-se.

228/89:

De autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a proceder permuta de imóveis em Cornélio Procopio, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 9266. - Anote-se. Arquivo-se.

233/89:

De autoria do Deputado JOSÉ FELINTO,

que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MONTE MORIÁ - AEMOM, com sede e foro no Distrito de Mauá da Serra, Município de Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 9267. - Anote-se. Arquivo-se.

250/89:

De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a CRUZADA SOCIAL COSME E DAMIÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 9268. - Anote-se. Arquivo-se.

269/89:

De autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA POPULAR DE RIBEIRÃO DO PINHAL, com sede e foro na cidade de Ribeirão do Pinhal, o qual convertido em Lei tomou o número 9269. - Anote-se. Arquivo-se.

331/89:

De autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a SANTA CASA DE PARANAVAÍ, o qual convertido em Lei tomou o número 9270. - Anote-se. Arquivo-se.

181/90:

Do Poder Executivo, autoriza o PODER EXECUTIVO a doar ao Município de Guaratuba o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 9271. - Anote-se. Arquivo-se.

177/87:

De Autoria do ex-Deputado JOSÉ DOMINGOS, que cria o Município de Mauá da Serra, com território desmembrado do Município de Marilândia do Sul e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 9272. - Anote-se. Arquivo-se.

084/90:

De Autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS que declara de Utilidade Pública a OBRA KOLPING REGIONAL DO PARANÁ com sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o número 9273. - Anote-se. Arquivo-se.

179/90:

De Autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES DE NOVA ESPERANÇA - APEDENTE, com sede e foro na cidade de Nova Esperança, o qual convertido em Lei tomou o número 9274. - Anote-se. Arquivo-se.

Sob os nºs DTL/94/90, DTL/95/90 e DTL/96/90, do Sr. Governador do Estado co-

munificando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n° 22/90, 27/90 e 82/90, razão de motivos expostos. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/97/90, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n° 132/88, tendo o veto incidido sobre seu artigo 2°, que, muito vago e desprovido de qualquer finalidade prática, não é exequível e, portanto, contrário aos superiores interesses do Estado. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/98/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 050/90, em razão de motivos expostos. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° 0349/90, do Senhor Luiz Chemin Guimarães- Procurador Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que visa reajustar, a partir de 1° de maio de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, dos Servidores auxiliares do Ministério Público do Estado. Objetiva, ainda, reajustar o valor das gratificações de produtividades, de representação de gabinete, salário família, dos salários de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive dos aposentados e pensionistas. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 607/90, do Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira - Presidente do Tribunal de Contas, comunicando que, pelo Acórdão n° 1.015/90, daquela Corte de Contas, foi registrada na data de 29 do mês em curso, a aposentadoria do Excelentíssimo Senhor Conselheiro João Olivir Gabbardo. Ao Conhecimento da Casa.

Moção:

#### MOÇÃO DE APOIO

Os Deputados que este subscrevem, requerem, após ouvido o Douto Plenário, seja enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, moção de apoio do Legislativo Paranaense, ao nome do Excelentíssimo Senhor Juiz INDALÉCIO GOMES NETO, atual presidente do Tribunal Regional do Trabalho, da 9ª Região, para sua nomeação ao cargo de Ministro do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, constitucionalmente reservado a Juiz de carreira.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

ALGACI TÚLIO

DUÍLIO GENARI

NELSON VASCONCELLOS

RAUL LOPES  
LAURO LOBO ALCANTARA  
WERNER WANDERER  
ORLANDO PESSUTI  
PIRAJÁ FERREIRA  
LINDOLFO JÚNIOR  
PAULO FURIATTI  
CAÍTO QUINTANA  
DIRCEU MANFRINATO  
BASÍLIO ZANUSSO  
ANTÔNIO ANNIBELLI  
NAMIR PIACENTINI  
RENATO ADUR  
NEIVO BERALDIN  
ANIBAL KHURY  
LUCIANO PIZZATTO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Tribunal Superior do Trabalho, em sessão realizada em 28.05.90, pelo voto de seus Ministros togados, incluiu o nome do ilustre magistrado paranaense, DR. INDALÉCIO GOMES NETO, em lista tríplice de merecimento, para promoção àquela egrégia Corte Superior Trabalhista, em vaga destinada aos juízes de carreira.

O ínclito magistrado, que ora preside o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, tem em seu favor uma notável folha de serviços, obtida pelo esforço e dedicação pessoais à causa da Justiça e do Direito do Trabalho.

Ingressou na magistratura em 1971, aprovado em concurso público de provas e títulos; promovido em 1974, por merecimento, ao cargo de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento. Encontrava-se jurisdicionando a 1ª JCJ de Curitiba, ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Neste, exerceu a presidência da 1ª turma; foi Vice-Presidente do Tribunal de 1988/89 e, desde outubro de 1989 é o seu Presidente, por unânime escolha de seus pares, desenvolvendo neste período ingente e incessante esforço para dotar o Paraná de melhores instalações judiciárias e de proporcionar a instalação de Juntas na Capital e no Interior, visando o melhor atendimento de toda a comunidade estadual, para solução rápida e eficaz das lides de natureza trabalhista.

Ainda recentemente, promoveu a instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento em Maringá (2ª), Cianorte, Campo Mourão, Cascavel (2ª), Ivaiporã, Pato Branco e Toledo, além de encaminhar pedido de criação de novas Juntas para atendimento de várias outras comunidades.

Juiz íntegro, operoso e culto, tem granjeado o respeito e a admiração da comunidade paranaense e, mercê de seus dotes intelectuais e cultura jurídica, obteve o espontâneo reconhecimento do Tribunal Superior do Trabalho, com a sua indicação à promoção para aquela Corte de Justiça.

Justo, portanto, que o Poder Legislativo do Paraná empenhe-se na indicação do aludido magistrado, recomendando-o ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, porquanto a nomeação significará, também, o prestigiamiento do próprio Estado.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 1455**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente sunbscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 301/90, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Uberaba de Baixo (AMUB), com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

**REQUERIMENTO N° 1454**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 311/90, que declara de Utilidade Pública a Ação Social e Educacional Batalhão Quadrangular, com sede e foro em Reserva.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N° 1453**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 369/89, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N° 1452**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 241/90, que declara de Utilidade Pública o Lar da Criança Doutor Bezerra Menzes, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

**REQUERIMENTO N° 1451**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 201/90, que declara de Utilidade Pública a Igreja Batista em Quatro Barras, com sede e foro no

Município de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

**REQUERIMENTO N° 1450**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 42/90, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Santana e Barreto, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

**REQUERIMENTO N° 1449**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 315/90, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Betânia (ASSEB), com sede e foro no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) DUILIO GENARI

**REQUERIMENTO N° 1448**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 224/90, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Departamento Estadual de Transporte Oficial, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

**REQUERIMENTO N° 1447**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 304/90, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostomizados (APO), com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

**REQUERIMENTO N° 1446**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 280/90, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Florença e localidades vizinhas.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na ORDEM DO DIA da próxima sessão, solicitando ao mesmo tempo o Parecer da Comissão Geral da Assembléia, o Projeto de Lei n° 320/90, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação Comunidade Vida Nova, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO N° 1459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 161/89, que declara de Utilidade Pública a Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, com sede e foro no Município de Paranavaí.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

## REQUERIMENTO N° 1438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na ORDEM DO DIA, da próxima sessão, solicitando ao mesmo tempo o parecer da Comissão Geral da Assembléia, ao Projeto de Lei n° 321/90, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Mallet, o imóvel situado no Distrito de Dorizon, objeto de transcrição n° 4.255, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO N° 1445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 030/90, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, por 03 (três) sessões.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

Apoiamento: Raul Lopes, Nelson Vasconcellos, e Valderi Mendes Vilela.

## JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário o presente pedido haja vista o Projeto necessitar de análise por técnicos diretamente ligados na área de política habitacional.

## REQUERIMENTO N° 1458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem do Dia da Proposição n° 77/90, VETO aposto ao Projeto de Lei n° 50/90, que cria o Município de Pirapó, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 1443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 15 sessões, o Projeto de Lei n° 33/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 2ª Discussão.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO N° 1441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao Plenário, retirada da Ordem do Dia, durante 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 285/90, que obriga os órgãos da Administração Direta, Indireta, Fundações e Empresas de Economia Mista a encaminhar ao exame e aprovação da Assembléia, todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação, a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso ou cuja utilização deva ser por si administrada.

Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO N° 1440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao Plenário, retirada da Ordem do Dia, durante 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 85/90, que revoga a Lei n° 9.058/89, com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia.

Com Emenda Substitutiva Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO N° 1436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no gozo de suas prerrogativas parlamentares, REQUER, após ouvido o soberano Plenário,



rio, o arquivamento do Projeto de Lei n° 310/89 e do Projeto de Resolução n° 75/89, tendo em vista a perda de objeto dos mesmos.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 1456

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado um voto de congratulações ao BANESTADO S/A., na pessoa de seu Presidente Carlos Antonio de Almeida Ferreira; à IBÉRIA-Líneas Aéreas de Espanha, na pessoa de seu Representante no Paraná, Saulo de Tarso Ferreira; à TV-Paranaense Canal 12, na pessoa de seu Diretor, Francisco da Cunha Pereira Filho; ao Jornal Gazeta do Povo, na pessoa do Jornalista Alcy Ramalho Filho, promotores do "IV Concurso Gralha Azul de Literatura Brasileira", bem como a Luiz Fernando Fernandez Costa e Jane Fraga Tutikian, autores dos trabalhos vencedores e aos contistas agraciados com Menção Honrosa: Átila Silveira Brasil, Ildefonso Mello Júnior, Moisés G. Paciornik, Perce Polegatto e Carlos Roberto Magalhães, cuja premiação deverá ocorrer no dia 31 do corrente mês, dando-se ciência aos interessados.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Concurso "Gralha Azul" de Literatura Brasileira, já está sendo apontado como o maior certame literário do Estado.

Pela própria premiação, conferida a autores de Brasília e Porto Alegre, pode-se sentir o interesse que desperta em todo o País. Receberam Menção Honrosa, três autores do Paraná, um de São Paulo e outro de Pernambuco.

A promoção vem alcançando sucesso graças ao prestígio dado aos seus organizadores pelas entidades que o divulgam e oferecem excelente premiação.

Com o presente voto de congratulações, extensivo àqueles que colaboraram para o evento, almejamos que se dê continuidade a tão importante evento cultural.

REQUERIMENTO N° 1444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de congratulações a nova diretoria da Sociedade Rural do Paraná que tomará posse hoje e dirigirá os trabalhos da entidade no período de 1990 a 1992.

Reconhecendo a importância das atividades da entidade junto a sociedade rural

Curitiba, quarta, em 30.05.90

paranaense, Requer, ainda que da decisão da Casa, seja dada ciência a Sociedade Rural do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1436-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente à COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando informações sobre o Andamento da Ação de Indenização movida pela Empresa CR Almeida contra a COPEL; estas informações se fazem necessárias tendo em vista o publicado na Imprensa de nosso Estado, particularmente, no Jornal "Correio de Notícias", de 29.05.90, em que se questiona um possível "acordo" entre a Empreiteira e o Governo do Estado, razão pela qual este Poder requer a verificação oficial do atual trâmite da ação, através do Departamento Jurídico da Copel.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 1437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam feitas gestões junto ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., Carlos Antonio de Almeida Ferreira, a fim de que determine a realização de estudos objetivando a instalação de uma Micro-Agência do Banestado no recém-criado Município de Ventania, pela Lei n. 9244, de 14 de maio de 1990, através o Projeto de Lei n. 199/89, de autoria deste Deputado.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A par das considerações que faremos a seguir das condições sócio-econômicas do Município de Ventania, é indispensável ressaltarmos que a presente proposição é o produto do esforço conjunto lideranças políticas e a população em geral, que com a criação do Município, almeja para continuidade dos bons serviços até então prestados pelo Banestado através o posto avançado existente, agora, de forma mais abrangente com a instalação de uma Micro-Agência, que possa lhes oferecer, de maneira ainda mais eficaz os seus serviços, como integrante do processo evolutivo da região.

Criado pela Lei n. 9244, de 14 de maio de 1990, objeto do projeto de Lei n. 199/89, de autoria deste Deputado, Ventania apresenta toda infra-estrutura, tanto no aspecto de natureza social, quanto po-



lítica, econômica e urbana, capazes de lhe assegurar vida autônoma, dada a sua pujança econômica, calcada por excelência na agricultura, mais propriamente na produção das melhores sementes de trigo e soja do Estado, a par de outras culturas como a Sivicultura, Sericultura e a Pecuária.

Constitui-se no maior entroncamento rodo-ferroviário do Estado, com ligações asfálticas para todo lado do País.

Conta com uma população de aproximadamente 11.000 habitantes para 4.000 eleitores e no que consiste a área comercial possui aproximadamente 80 casas comerciais, um armazém geral, 80 barracões para criação do bicho-da-seda, um posto avançado de Cooperativismo, um posto avançado do BANESE, um Cartório, bem como órgãos públicos estaduais e federais e outras benfeitorias.

Pelo exposto, notória a sua auto-suficiência e expressiva representatividade no processo de desenvolvimento sócio-econômico da região, condição que requer de parte dessa prestigiosa Instituição Bancária uma extensão maior dos serviços até então prestados, que venha atender à demanda de sua clientela, como instrumento propulsor da evolução e de melhoria da qualidade de vida da sua população.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 327/90  
Assembleia legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Missionária de Assistência Social Reverendo Darcy Miranda Gonçalves, com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 30.05.90.

(a) DUÍLIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por objeto declarar de Utilidade Pública a Associação Missionária de Assistência Social Reverendo Darcy Miranda Gonçalves, com sede na cidade de Toledo. Fundada em 16 de novembro de 1981, é uma entidade com personalidade jurídica, de natureza assistencial, educacional e filantrópica, sem fins lucrativos. Tem por finalidade: Promover o bem-estar social, administrar obras, serviços e centros comunitários, aperfeiçoamento da orientação vocacional e profissionalizante, e, combater os males, sem discriminação de credo político, religioso ou nacionalidade.

Assim sendo, temos a certeza que con-

taremos com a aprovação da matéria pelos nobres Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A Assembleia Legislativa vive na tarde de hoje, um dia bastante significativo para este Poder, não só pelo grande número de Parlamentares que a ela corre, mas principalmente, porque estaremos nesta tarde sufragando o nome do companheiro Dr. Quielse Crisóstomo da Silva, para Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

Isso é um motivo de orgulho para este Parlamento, e motivo de regozijo nosso para com a Comissão Executiva, para com a Mesa Executiva desta Casa, que tomou a iniciativa de sugerir a este Plenário o nome do companheiro Quielse Crisóstomo, Parlamentar dos mais atuantes junto aos municípios que representa, com uma larga experiência neste Poder e com uma vivência também bastante grande.

Portanto, Sr. Presidente e demais membros da Mesa e Srs. Parlamentares, fica aqui registrado os nossos votos de congratulações à Mesa e também ao colega Quielse Crisóstomo da Silva, embora vai nos deixar do convívio Parlamentar, mas continuaremos juntos na luta em favor da causa pública paranaense.

Mais um motivo faz com que, compareçamos à tribuna na tarde de hoje. No dia de hoje a Universidade Federal do Paraná, através da sua Faculdade de Florestas, comemora os trinta anos de existência do curso de Engenharia Florestal no Brasil. E isto para nós, é uma data também significativa, porque algum tempo atrás quando a Associação Paranaense dos Engenheiros Florestais, era presidido pelo nosso eminente colega, Deputado Estadual Luciano Pizzatto, tivemos a satisfação e a honraria, de sermos homenageados com o título de Sócio Honorário. Portanto, desde aquela ocasião, além de termos o título de médico veterinário, passamos a ter o de engenheiro-florestal honorário, e no dia em que a nossa Universidade comemora os trinta anos de existência do curso de Engenharia Florestal, cabe a nós, como um dos integrantes desse setor que é o da Ciências Agrárias, registrarmos para conhecimento de todos o que acontece no Paraná.

Mas, se já estávamos felizes pela comemoração dos trinta anos de existência dos cursos de Engenharia Florestal no Brasil, mais satisfeitos estamos ainda, porque tivemos conhecimento na manhã de hoje, que o nosso eminente colega Deputado Lu-

ciano Pizzatto, Engenheiro Florestal que é, foi agraciado, juntamente com o Professor Sebastião, também Engenheiro Florestal, com o título de Engenheiro Florestal Símbolo dos "trinta anos" de existência deste Curso.

Então é muito importante que Luciano Pizzatto, a partir de agora, Símbolo da Engenharia Florestal do Paraná, pelos trabalhos que tem prestado, junto com outros colegas, como Sílvio Pélico, como Sebastião, possam realmente engrandecer como engrandecem este Parlamento com a sua presença. E a partir de agora, poderemos dizer com uma permanência em definitivo neste Poder, até o final da presente Legislação.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossas congratulações à Universidade Federal do Paraná, à Faculdade de Engenharia Florestal, pelos trinta anos de existência do Curso de Engenharia Florestal, e ao nosso colega Luciano Pizzatto, Engenheiro Florestal Símbolo dos trinta anos de existência deste curso tão importante, para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para fazer aqui um agradecimento a todos os Parlamentares desta Casa, que nos ajudaram a aprovar o Projeto de Lei que isenta os idosos com mais de sessenta e cinco anos de idade, a pagar taxas para confecção de carteiras de identidade.

Este Projeto já foi também sancionado pelo Governador do Estado e já tornou-se Lei de número 9.264, já sancionada pelo Governador do Estado. (LÊ): "Ficam isentos de pagamento das taxas de confecção de cédulas de identidade, junto ao Instituto de Identificação da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, os maiores de 65 anos, domiciliados em território paranaense". É o que diz a Lei nº 9.264, do Governo do Estado do Paraná.

Mas, venho também a esta tribuna para dizer que na última segunda-feira, (LÊ):

"Nós apresentamos Projeto de Lei na Assembléia Legislativa prevendo a realização de uma semana de conservação escolar no calendário da Secretaria de Estado da Educação.

Essa Semana será realizada anualmente, no último bimestre e os dias que atenderão ao programa serão considerados dias letivos, de frequência obrigatória.

Durante essa semana as escolas deverão realizar atividades relacionadas à manutenção e reconstituição do Patrimônio Es-

colar, contando, para tanto, com a participação dos alunos regularmente matriculados, professores e funcionários, podendo, também, aceitar a participação voluntária da comunidade. Tudo isto porque, em 1990, 10.000 crianças quase ficaram sem poder cursar os bancos escolares. Uma das razões para isto pode ser atribuída aos próprios alunos que, durante o ano escolar, chegam a destruir grande parte das carteiras escolares.

A Fundepar comprou 20.000 carteiras para este ano, a fim de possibilitar o suprimento, em parte, da falta de equipamentos nas escolas públicas. Apesar de todas essas medidas, ainda faltou, pelo menos, 15.000 carteiras e, em muitas escolas, as classes não ficaram completas e algumas salas praticamente vazias.

Todo o ano, quando termina o período escolar, em cada sala com 40 carteiras, em média, pelo menos seis são totalmente arrebitadas ou destruídas, representando um saldo de 140.000 carteiras escolares destruídas pelos próprios alunos.

Através deste nosso Projeto, queremos envolver os próprios alunos, sob orientação e supervisão dos professores e funcionários, na recuperação desse material destruído.

É importante atentar para o aspecto didático da proposta, vez que possibilitará o despertar nas crianças, da responsabilidade pelo material patrimonial da escola.

Não se quer, aqui, fazer com que a criança vire um consertador de carteira. Mas, sim, fazer criar na consciência desta criança, a responsabilidade que deve ter, pelo cuidado, pela manutenção do patrimônio público, que é pago com os impostos, que por sua vez são pagos pelos seus pais.

(LÊ): "A escola não é, em momento algum, gratuita. Antes, pelo contrário, a escola oficial é paga. Porque é paga pelos impostos de cada cidadão, pelas taxas e tributos a que respondemos constantemente.

Por esta razão, cada paranaense deve sentir-se um pouco "dono" da escola oficial. E por isto, deve zelar por ela.

E grande parte das pichações nos prédios das escolas públicas é feita por colegas de alunos ou por eles próprios. E envolvidos nesta campanha, evidentemente que cada um vai procurar tomar um pouquinho mais de consciência e de responsabilidade e pensar duas vezes antes de iniciar um comportamento inadequado.

Assim, a campanha atuaria diretamente sobre o comportamento dos estudantes, levando-os à consciência da necessidade de preservar o bem público. E é necessário observar o pendor econômico da proposição, se observarmos os custos decorrentes da compra anual de mobiliário escolar, para

substituir aquele que foi destruído.

A escola que quer ser verdadeiramente preparadora de cidadãos, de formá-los e capacitá-los a desenvolver a cidadania responsável. A criança que hoje destrói uma carteira, pode ser o homem que amanhã vai colocar fogo na própria escola ou no ônibus". Já que, guardadas as devidas proporções, a falta de consciência revelada é a mesma. Estaria, adotando essa nossa proposta, a Secretaria de Educação, dando aos nossos paranaenses uma das mais importantes lições de suas vidas: "A de guardar e preservar o que é bem comum".

Por isso, nós apresentamos, na última segunda-feira, nesta Casa, este projeto, visando dar uma consciência na criança, responsabilizá-lo desde cedo a cuidar daquilo que é seu, daquilo que o seu pai paga com os impostos; porque a escola dada pelo Governo, a escola dada pelo Município não é uma escola gratuita, é uma escola que só existe, só sobrevive com o pagamento dos impostos. Por isso, que é importante, neste aspecto didático, fazer a criança se conscientizar de que ela tem que preservar aquilo que é pago com o dinheiro dos impostos de seus pais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

(Declina).

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente não há oradores inscritos.

Passa-se ao Horário das Lideranças:

PDS com a palavra.

(Declina).

PDC com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra.

(Declina).

PT com a palavra.

(Declina).

PL com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Moção de Apoio ao Senhor Presidente da República, do Legislativo

Paranaense, constante do expediente, devidamente apoiado ao nome do Senhor Juiz Indalécio Gomes Neto, atual Presidente do Tribunal do Trabalho, para sua nomeação ao cargo de Ministro do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Aprovado por unanimidade.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Resolução n° 64/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que indica o Dr. Quielse Crisóstomo, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. (Public. no DA. n. 61, de 28.05.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Roteiro para votação:

"O presente projeto de resolução, é decorrente das prerrogativas que a Constituição do Estado do Paraná delegou a este Poder Legislativo através dos artigos 53 dos atos das disposições transitórias e de conformidade com o disposto do artigo 54, inciso 18 da Constituição Estadual".

Conforme dispõe a letra "A" da Constituição do Estado do Paraná, a votação será em escrutínio secreto. O Senhor 1° Secretário fará por duas vezes a chamada nominal dos Senhores Deputados para votação. Ao ser chamado o Deputado deverá dirigir-se à Mesa, onde receberá a sobrecarta.

Os que aprovam o nome do Deputado Quielse Crisóstomo, votarão com a cédula SIM; e os que não aprovam votação com a cédula NAO.

Vai-se iniciar o processo de votação.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Tadeu Lúcio Machado) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O Deputado Quielse Crisóstomo se abstém de votar porque é parte interessada.

Término da 1.ª chamada nominal para votação do Projeto de Resolução n. 64/90, início da 2.ª chamada nominal para os ausentes.

39 Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 39 Senhores Deputados.

Designo os Senhores Deputados Eduardo Baggio, Dirceu Manfrinato, Valderi Mendes Vilela e Nilton Barbosa para comporem a Comissão Escrutinadora.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)  
- 36 votos SIM, dois votos NÃO e uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o nome do Deputado Quielse Crisóstomo. Será encaminhado ao Senhor Governador do Estado.

Concedo a palavra ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Senhor Presidente, nobres colegas e companheiros, Senhores Deputados.

Quantas vezes cada um de nós pegou na caneta, colocou à mesa o papel para redigir um pronunciamento, fazer um discurso e desistiu para tentar o improvisado.

Tentar o improvisado, porque as palavras somente brotam do coração quando elas são ditas diante da platéia que lhe oferece a imagem para formação do seu pronunciamento.

Assim deixei meus prezados companheiros, para que a emoção do momento me desse a diretriz do pronunciamento que porventura tivesse que fazer ou não nesta tarde memorável da minha vida e da vida deste Parlamento.

Da vida deste Parlamento, já direi de início porque é a primeira vez que esta Casa de Leis exercita o seu poder pleno de indicação de um cargo de tamanha relevância e quis o destino e quis a sorte que este vintenário, Deputado desta Casa, fosse o primeiro escolhido por esta Casa de Leis para representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Dia memorável, porque meus amigos, jamais este Parlamentar imaginou pudesse assomar à tribuna num dia e num momento como este, para merecer a indicação quase unânime dos Senhores Parlamentares, para tão importante missão.

Este moço de 53 anos. Moço porque a luta neste Parlamento não permite o exercício de envelhecidos e era Euclides da Cunha que já dizia: "Spencer, valetudinário e misantropo, olhava os jovens com olhar embotado no ancião."

Aqui não tem lugar para olhares embotados e nem de ancião. Todos nós somos jovens porque a luta que exige para permanência nesta Casa de Leis é preciso até mesmo, além do vigor intelectual o vigor físico.

Mas neste momento, meus prezados Senhores Parlamentares, eu direi no mais suscito da minha possibilidade, porque não sou tão eloquente no resumo das minhas palavras.

Aqui vocês estão mandando um colega seu, que pretendia tão somente quando veio para Curitiba em 1.948, meu caríssimo Presidente, Senhores Deputados, ser jornalei-

ro.

Vim de Bocaiúva do Sul aos 11 anos de idade com um sonho na minha cabeça: queria ser jornaleiro. Não jornalista e muito menos proprietário de jornal; jornaleiro. Vi pela primeira vez um "gurizinho" fardado vendendo o jornal e era somente isso que eu queria conquistar. E vim sozinho para Curitiba. Aqui, meus companheiros, fui entregador de peça em casa, aqui na Barão do Cerro Azul. Entregava peça de bicicleta para poder ganhar o pão para ir ao colégio. Entrei por falta de conhecimento no Colégio Santa Maria e muitos daqui como o Cândido Martins de Oliveira foram meus colegas, mas não sabem que este Parlamentar cursou o Colégio Santa Maria sem nunca ter pago um tostão, porque fui segundo colocado no exame de admissão do ginásio e lá entrei por ignorância. Não sabia que lá tinha que pagar o colégio. E no dia que eu tive que comparecer para pagar o colégio é que descobri que eu tinha que pedir a minha transferência. Então, o Irmão Vicente, diretor do colégio, exigiu a minha permanência e lá estudei parte do primário, quarto ano primário, quatro anos de ginásio e três anos de científico sem nunca pagar um tostão. E muitos, surpreendentemente hoje me encontram pensando que eu era filho de milionário, porque cursei o colégio mais caro de Curitiba, mas cursei na condição de ser um dos primeiros alunos da sala e nunca paguei o colégio. Este moço que vocês levam para o Tribunal hoje, saía do Colégio Santa Maria, depois de ter cursado o primário em Bocaiúva do Sul, entrava na Faculdade de Engenharia. Cursei a Faculdade de Engenharia de quase ter sido estudante de colégio marista, quase ter sido aluno de colégio para a formação de padres. Imaginem que padre controverso que eu daria. Escapei por pouco e o povo também escapou por pouco. Mas, o povo não escapou de tudo, porque subitamente depois de um exercício da profissão de engenheiro por vários anos, onde militei como tecnocrata, onde fui tropeçando nos políticos que aprendi que a política é uma necessidade de um país livre e democrático.

É a exigência da participação ou da omissão e foi com Anibal Khury, com Erondy Silvério que aprendi que teria que deixar de ser tecnocrata nos tropeços que dava com o grande Anibal Khury e com o grande Erondy Silvério, na Secretaria de Saúde que percebi que a tecnologia e a política têm que caminhar sincreticamente, paralelamente e de mãos dadas.

E, de repente, eu, para sentir-me realizado, estava na política. Depois de uma luta sofrida daquele menino para cursar a universidade, também gratuita, eu abandonava minha carreira para ser político. E daí à frente a luta vocês conhecem. Este

moço que foi levado quinze vezes a Presidente de Comissão nesta Casa e três vezes para a Executiva da Assembléia, tem que agradecer a seus colegas por mais uma e a derradeira vez, talvez, oficialmente da tribuna, quando vocês me indicam como o seu representante para o Tribunal de Contas.

Acredito, meus prezados companheiros, que a minha missão não esteja cumprida aqui, mas acredito também que muito ou pouco mais do que pude fazer eu poderia fazer permanecendo neste Poder. Neste Poder tão bem representado, onde eu gostaria de dizer, mas a emoção já me cerceia o raciocínio e a condição de permanência na tribuna para me referenciar a cada um de vocês, porque temos um episódio, cada um de nós, mas uma coisa eu estava me lembrando hoje, eu que sempre fui polêmico, que sempre fui até acusado de agressivo, não deixo um só adversário, muito menos um inimigo nesta Casa.

Eu citaria mais uma vez, talvez os três mais antigos: Erondy Silvério, Anibal Khury e Basílio Zanusso, meus companheiros de tantas eleições e que somos adversários de área, pois o inacreditável eu posso recitar desta tribuna: nunca tive uma discussão em toda a minha vida, por questões de voto com nenhum desses três Parlamentares. Eu cito os três porque são 20 anos de combate político frente a frente na mesma área política: o Erondy, o Anibal e o Basílio Zanusso; 20 anos e nunca nos confrontamos, e fui muitas vezes acusado até por ser um Deputado violento.

E digo brincando talvez que a política não precisa que nós tenhamos defeitos. Entramos na política, e os nossos adversários nos colocam defeitos: os que temos e os que eles gostariam que nós tivéssemos. Então, eu também tenho defeito que nunca vi e nem vocês nunca viram, os meus adversários, os nossos adversários vêem em vocês viram em mim.

Mas, saio da política talvez nesta tarde, dizendo aos meus companheiros que fiz muito mais do que esperava fazer na minha vida, meu caro Presidente, manito Secretário, 1º Secretário e 2º Secretário, o grande Deputado "cadeia" para o povo do Paraná.

Saio da política sabendo que a missão mais importante que eu tive na vida foi essa. Quantos homens públicos gostariam de ser políticos, quantos milionários gostariam de trocar a sua fortuna por uma cadeia nesta Casa de Leis, quantos homens gastaram sua fortuna e não conseguiram chegar aqui porque é difícil, meus prezados companheiros, para um homem sair da paz do seu lar e colocar o seu nome para ser julgado pelo povo, para ser metralhado pelo povo, para ser condenado pela opinião

dos seus inimigos e pelos seus adversários, pelos seus concorrentes leais ou desleais.

Então, eu aprendi, meus prezados companheiros, que ser político é uma demonstração maior de coragem que eu pude ter na minha vida, eu que sou o tropeiro da Assembléia, que fui domador de cavalo chucro, nunca tive que pensar tanto e ter tanta coragem quando tive que submeter o meu nome ao julgamento popular, e esta emoção se renovou e se renova a cada minuto como se renova o artista, dito por eles, como se coloca em cada cena nas suas demonstrações, nos seus palcos da vida. E hoje a emoção me assolou, me invadiu novamente, e a insegurança do voto secreto é uma coisa que dá tamanha dimensão no sabor da vitória que vocês me deram hoje, no meio dos homens escolhidos pelo povo, porque quem não tem qualificação aqui não chega, e quem chega por susto aqui não fica. Eu fui julgado pelos homens, julgado pelo povo do Paraná, muitos deles, como eu, repetidas vezes julgados, julgaram-me novamente hoje. Esta foi mais uma caixa de segredo que nós nos submetemos e, de repente, os colegas já me abraçando pela vitória sentiram que eu estava diante de um julgamento, diante de 39 "juízes" que estavam julgando o seu colega, julgando o seu colega que tantas vezes, meus prezados membros da Mesa, Srs. Deputados, fui até acusado de pistoleiro. Devo ter sido um pistoleiro muito sem vergonha, muito de segunda categoria porque em 20 anos acusado de ser pistoleiro, eu nunca saquei uma arma para ninguém e muito menos atirei em ninguém.

Isso é o preço de estar na política, é um dos muitos "slogans" que os adversários nos jogam na vida pública. Ganhei eleições muitas vezes - e vocês sabem disso - somente com a página policial, com acusações mentirosas, fui ganhando as eleições, repetidas vezes, e agora eu iria bater o recorde das eleições, iria bater a sétima eleição. E quanto prazer eu vejo ao sentir que já sou um dos experientes da Casa e vejo aqui, meus companheiros da minha vida política, assentados ao meu lado, como o grande companheiro de tantas eleições, Nilton Barbosa, meu cabo eleitoral desde criança. Seu pai, a senhora sua mãe, com todo o respeito, a primeira e grande cabo eleitoral que tive na minha vida.

Permita-me, Nilton Barbosa, a emoção que me invade a alma neste momento. E porque não dizer, Basílio Zanusso, que eu sempre me vanglorio em dizer, na nossa região, onde eu tive a honra de receber o voto de Basílio Zanusso para Deputado na minha primeira eleição.

E para não dizer do grande companheiro Raul Lopes, que me disse, recentemente,

uma coisa que já sabia mas que faz bem escutar, Raul, meu prezado colega, você que votou em sua vida, segundo suas próprias palavras, seis vezes: uma vez votou para você como Deputado Estadual e cinco vezes votou para mim. Isso significa muito na vida de um Deputado, saber que pessoas desta qualificação - moral, intelectual e de liderança, já votaram em você numa das eleições e hoje estão junto, conosco.

Então, esta tarde memorável para minha vida particular e até mesmo porque não dizer para minha família, que era para terem sido filhos de um jornalista e foram se transformando de filhos de Deputado a filhos de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Mas a vida do Parlamento, a vida política é servir e esta palavra eu ouvi muitas vezes do Anibal. Em 1970 Anibal, você me disse uma frase que eu não esqueci jamais: "Quielse, faça o favor e não olhe para quem você o faz. Assim é fazer política". Foi a frase que eu aprendi de Anibal Khury. E eu vi uma coisa que vocês sabem mas que talvez não houvesse a comparação do Filósofo, segundo Confúcio de cada três pessoas que nós servimos duas são nossas inimigas, apenas uma haverá de agradecer eternamente e duas ficam ofendidas por serem servidas.

Então, que contra-senso do filósofo: como que o político sobrevive se nós vivemos de fazer favor? Nós recebemos o pagamento do favor porque nós vivemos semeando favores e recebendo o pagamento desses favores, mas não das pessoas que nós fazemos os favores. Nós servimos a um aleijado dando uma cadeira de roda, e nisso Alborghetti é o nosso grande representante e tantos nós outros também, mas não esperamos o voto dele e nem queremos o voto dele porque muitas vezes nem eleitor ele é. Mas, recebemos o voto da comunidade, que julga, porque os nossos eleitores, a maioria deles, nunca tiveram contato direto conosco, julgam pelo nosso trabalho, pelos favores, como disse Confúcio, que nós fazemos.

Servir era a frase que me dizia Anibal Khury vinte anos atrás e Confúcio também dizia: "Fazer o bem sem olhar a quem". E eu diria repetindo e reprisando ainda o Filósofo: "Nós devemos nos perpetuar na vida pública fazendo o bem, porque, quem não vive para servir não serve para viver".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Designo o Deputado Caíto Quintana para falar em nome da Assembléia, saudando o futuro Conselheiro do Tribunal de Contas.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Deputado Quielse

Crisóstomo.

Esta Casa, na tarde de hoje, exercitando um direito constitucional que a nova Constituição do Estado do Paraná impôs como atribuição deste Parlamento, faz a sua primeira indicação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Além da indicação de um Parlamentar competente, de larga vida política, marca esta indicação também a inauguração desta prerrogativa que o Parlamento tem na indicação de Conselheiros do Tribunal de Contas. E a Mesa da Assembléia, com inteligência adotou o mesmo critério que a Executiva da Casa propusesse ao Plenário, desta mesma Casa, o nome do Parlamentar para preencher as vagas aprovadas por este Parlamento.

E foi feliz. Muitas e muitas vezes discussões se travaram na população brasileira quanto à escolaridade, os cursos superiores, as aptidões de cursos idênticos às funções desempenhadas. Se analisarmos em primeiro plano, o Deputado Quielse Crisóstomo não é economista, não é um bacharel. Mas, muito mais importante do que a especificação do curso que tem uma pessoa, é o discernimento para a função, que é uma função pública; é a vivência política, administrativa, é o conhecimento das coisas que acontecem nas pequenas prefeituras do interior do Paraná. As dificuldades muitas vezes até de pessoal técnico capacitado para orientação dos atos de uma Prefeitura. É o saber, Deputado Quielse Crisóstomo, de separar a má-fé no ato praticado, com até falta de assessoramento ou conhecimento da legislação na prática do ato público.

O conselheiro do Tribunal de Contas, mais do que tudo, não pode perder a abrangência do conhecimento da vida administrativa do Estado e dos atos públicos executados desde a menor prefeitura até os atos praticados pelo Governo do Estado do Paraná em suas Secretarias e Fundações. Porque, no dia-a-dia da vida, no ato que se pratica, percebe-se que é fundamental e que gostaria que este companheiro nosso, indo ao Tribunal de Contas, levasse para lá esta experiência: é a separação do ato de dolo ou de má-fé, daquele ato praticado pela indução de que estivesse agindo certo.

Muitos atos se percebem, revestidos de todas as formalidades legais, amparados em todas as legislações, e podem ser de má-fé, e podem ser de dolo na prática. E outros atos, sem o revestimento da Legislação, muitas vezes não têm a má-fé que caracteriza a corrupção do serviço público.

Deputado Quielse Crisóstomo, tive o prazer de quase oito anos conviver com Vossa Excelência neste Parlamento. E quando ouvia Vossa Excelência falar em seu

pronunciamento do seu modo de convivência nesta Casa, lhe confesso que quando assumi este Poder, no segundo ano de meu mandato, fui eleito líder da bancada do PMDB e na época de bipartidarismo, Vossa Excelência militava na outra bancada. E a conversa de corredor e os ditos mais antigos, sempre me disseram do temperamento do Deputado Quielse. Confesso-lhe que, por vezes inúmeras, cansei de antecipar, na minha forma de conduta, maneiras de me resguardar contra possível agressividade de um Deputado chamado Quielse, que eu conheci.

Na verdade, em muitos momentos, agitado, temperamental, até briguento. Mas, na sequência, conheci em Vossa Excelência o penhor do cultivo das amizades e o poder tão importante no ser humano que é de, acalmado o temperamento, baixada a adrenalina, ser capaz de cumprimentar a pessoa com quem teve uma discussão calorosa anteriormente.

Nem sempre a pessoa mais difícil de convivência é o temperamental. O importante é que a pessoa possa, após passado o seu momento de exaltação, lembrar que a amizade, o convívio, o companheirismo são fatos que nos levam a voltar atrás e cumprimentar a apertar a mão.

E, depois, na sequência, quando conheci outros dotes de Vossa Excelência: de cantor, de declamador e de violeiro... Jamais na alma de quem cultive essas vocações artísticas prevalecerá o ódio; porque ninguém será um cantor, um declamador, um violeiro com ódio no coração.

Parabenizo Esta Casa. Vossa Excelência, no Tribunal de Contas, além de um Conselheiro, será indiscutivelmente um representante deste Poder, pois por este Poder foi indicado. E esperamos, não que Vossa Excelência seja apenas um Conselheiro, esperamos piamente que Vossa Excelência seja o melhor dos Conselheiros. Porque assim este Poder será honrado e merecendo a sua indicação.

Muito obrigado!

Parabéns!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência e a Mesa congratulam-se com o Deputado Quielse Crisóstomo, pela sua retumbante vitória nesta Casa, visto tratar-se de um dos Deputados mais discutidos aqui nesta Casa.

A demonstração que a Assembléia lhe deu de confiança, de respeito à sua dignidade coroa a sua trajetória nesta Casa como um dos mais dignos Deputados que por aqui passaram.

Quanto à discutível atuação de Vossa Excelência eu me recordo das palavras do Presidente Eptácio Pessoa: "A honra dos homens públicos da minha Pátria mais se

parece com aquela garotada impune da minha terra que atiravam barro às casinhas brancas da minha querida terra natal".

Vá com Deus, Deputado, e com o nosso apoio!

(Aplausos).

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Do Projeto de Resolução nº 62/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan e outros, que susta a resolução conjunta CC/PGE/SEED nº 01/90, publicada no "Diário Oficial do Estado do Paraná", de 22 de maio de 1990, por ser ato administrativo exorbitante do Poder Regulamentar. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 62/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Nereu Massignan, tem por finalidade sustar a Resolução conjunta CC/PGE/SESP/SEED, nº 01/90, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, de 22 de maio de 1990, por ser ato administrativo exorbitante do poder de regulamentar.

Colhe-se da justificativa do nobre Parlamentar que o artigo 54, da Constituição Estadual, confere competência privativa à Assembléia Legislativa para sustar os atos normativos do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Procedida a análise do projeto em tela, verificamos a inexistência de impedimentos de ordem constitucional, legal e regimental que possam obstar a normal tramitação processual legislativa pelos competentes órgãos deste Poder.

Nestas condições, esta Comissão Geral, pelo seu melhor juízo entende que a iniciativa encontra-se tecnicamente apta para ser apreciada pelo Egrégio Plenário, dando seu parecer Favorável, opinando pela Aprovação do Projeto de Resolução em exame.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para Encaminhar)  
Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação ou justificação de voto? A matéria já foi votada.



O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente, apenas para dizer que fizemos o encaminhamento dessa proposição, dessa resolução e nos parece que a Assembléia Legislativa deva ter como norma, já que cobramos tanto que não retirem direitos que o Legislativo tem, já que cobramos sempre devoluções de prerrogativas ao Legislativo, já que nós queremos manter intacto o Poder de Legislar conferido a este Poder.

Nós também não podemos extrapolar na análise daquilo que compete ao Poder Legislativo, como iniciativa sua.

Nós tivemos oportunidade de citar quando da apresentação desse Projeto de Resolução, que em nada Senhores Parlamentares, independente de cores Partidárias, em nada poderá se invocar o artigo 54, Inciso 27, da Constituição, para a medida proposta a esta Casa, que é uma Resolução para sustar ato administrativo, por exorbitar do poder regulamentador. O que o artigo 54 da Constituição prevê é de que: a Assembléia possa sustar os atos normativos do Poder Executivo, que exorbitem o poder regulamentador, limitados em delegação Legislativa.

No entanto, no instante em que Secretarias de Estado, no legítimo direito hierárquico da Secretaria, designar membros da Secretaria, para compor uma Comissão, não está extrapolando o poder que essa Secretaria tem na designação. Então, não nos cabe sustar uma designação de Secretaria, que assinou a Resolução, foi o Secretário da Pasta respectiva. O Procurador do Estado, colocando o serviço da Procuradoria a favor, a Secretaria da Educação, colocando servidores da Secretaria de Educação, Administração, idem, e Segurança também. Está dentro das atribuições do Secretário designado aqui nesta própria Constituição, quais os poderes do Secretário de Estado. Então, não está acontecendo aqui uma exorbitância de poder, portanto, não compete à Assembléia Legislativa revogar uma designação, que está perfeitamente dentro do ato da Secretaria.

Por isso, gostaria que a Assembléia Legislativa, votasse contra o Projeto de Resolução, porque a sua eficácia não acontecerá por ser uma designação interna de Secretaria e nós não estaríamos exorbitando do nosso direito Parlamentar, já que nós cobramos tanto, que se respeite na amplitude os poderes do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli, para encaminhar.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Este Poder Legislativo ele não pode

passar como se fosse surdo, diante de tal absurdo, proposto por Sua Excelência o Governador do Estado. Nós não podemos de forma nenhuma, admitir que o Governador através de uma Resolução autoritária, ele mude as atribuições da Polícia Militar e Civil do nosso Estado.

Ora, se o Governador do Estado, não tem mais poder político de controlar os seus cargos de confiança, àqueles que gerenciam os núcleos da Secretaria de Educação, se até isso ele perdeu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ele não tem mais nenhuma razão de continuar governando este Estado.

Este Poder Legislativo tem que aprovar este ato político, que torna sem efeito uma má intenção do Governador, que é de que, utilizar o poder Militar deste Estado, que tem funções determinadas, que tem funções específicas, usar este Poder para conseguir na base da força os seus intentos.

O Deputado Caíto Quintana, Líder Governista, relator da nossa Constituinte Estadual no ano passado, não pode nos convencer usando a Constituição do Estado do Paraná, para que nós não aproveemos esta Resolução proposta pelos Líderes Partidários desta Casa. Por quê? Porque o próprio Governador que ele representa e defende neste Parlamento, não cumpriu dispositivos da Constituição do nosso Estado. E um deles diz respeito ao assunto em tela, neste momento.

Dizia e diz um dispositivo da nossa Constituição do Estado, que todas as punições que por ventura ocorreram, desde o período da instalação da Constituinte até a sua promulgação, estavam anistiados. E o Governador do Estado do Paraná até hoje não anistiou os professores que fizeram a greve branca, e que conseguiram, na negociação. Nós colocamos na Constituição. E o Governador, até agora, não cumpriu.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Parlamento não pode, de maneira nenhuma, assinar embaixo, ou se passar de cego, de surdo, diante de mais um absurdo, um ato arbitrário, um ato que vem contra a organização administrativa do nosso Estado, que delimita as funções; as funções da Secretaria da Educação, as funções dos Núcleos, as funções da Polícia Civil, da Polícia Militar. De repente, Sua Excelência, o Governador resolve baixar uma resolução e passa por cima da nossa constituição, passar por cima das nossas prerrogativas, e determinar que a Polícia Militar, agora, e a Polícia Civil, vão administrar, vão tomar decisões administrativas nos Núcleos, procurar intervir militarmente no movimento com sucesso, no movimento dos nossos professores, que, lamentavelmente, o nosso Governador não teve

a capacidade política de até agora, apesar de 70, 80 dias de greve, ele não teve ainda a capacidade de buscar uma saída e resolver politicamente, com a capacidade política, dentro de um espaço democrático, para resolver o problema do salário e do piso dos nossos professores.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não, não temos motivo nenhum para que nós mudemos de posição.

Temos que derrubar, tornar nula uma resolução de um Governo autoritário do nosso Estado.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter novamente, a votos. Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência já colocou a matéria em votação. Já foi votada e aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência, verificação de votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai colocar em votação o pedido de votação nominal. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Vai proceder à chamada para votação e assim também já estará feita a chamada nominal.

Os Senhores Deputados que aprovam a Resolução dirão SIM. E os que não a aprovam, dirão NAO.

Os Senhores Deputados que permanecem em Plenário, de acordo com o Regimento Interno, terão que votar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Inicia-se a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Justificar) - Eu voto não, com a consciência de que esta Resolução extrapola o direito da Assembléia.

Conseqüentemente, quem julgar que com isto está beneficiando ou está extinguindo esta Comissão, está erroneamente interpretando, porque primeiro, não é ato do Governador, como diz o Deputado Pedro Tonelli.

É ato da Secretaria. Não há assinatura do Governador na Resolução; Segundo lugar, por mais que derrubada, as comissões existirão porque está dentro da delegação pró-

pria de cada Secretaria. Como eu não gosto de enganar, como eu não gosto de vender falsas ilusões, o meu voto é Não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Continua a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Votaram 15 (quinze) SIM e 12 (doze) NAO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram a favor da Resolução, 15 Senhores Deputados e 12 contra.

Está aprovada a Resolução.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 44/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que denomina RICIERI CELLA, a rodovia PR-475, ligando os municípios de Francisco Beltrão e Verê. Aprovado. (Public. no DA. n. 03, de 20.02.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 45/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que concede pensão de dois salários-mínimos para a viúva do Senhor Antônio de Paiva, ex-Prefeito de Francisco Beltrão. Aprovado. (Public. no DA. n. 03, de 20.02.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 270/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDAO, que concede à Senhora Ignes Picollo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Senhor Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal no valor de dois salários-mínimos. Aprovado. (Public. no DA. n. 43, de 24.04.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 276/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Rancho Alegre D'Oeste, desmembrado do Município de Goioerê, com divisas que especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 45, de 25.04.90).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 20/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATOS LEAO, que cria o município de Santa Maria do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Com EMENDA SUBSTITUTIVA de Plenário. Em votação a emenda, ressalvado o Projeto. Aprovada.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 85/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDAO, que revoga a Lei n. 9.058/89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Bran-

dão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n. 85/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 sessões, o Projeto de Lei n. 85/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 104/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que dispensa o requisito referente a idade, quando da habilitação para concurso público no Estado, os servidores estaduais que exerçam cargo em comissão por mais de quatro anos consecutivos ou não. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 178/90, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Alto Alegre, desmembrado do Município de Colorado e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 285/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que obriga os órgãos da administração direta, indireta, Fundações e Empresas de Economia Mista a encaminhar ao exame e aprovação da Assembléia todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação, a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso ou cuja utilização deva ser por si administrada. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 sessões, do Projeto de Lei n. 285/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 sessões, o Projeto de Lei n. 285/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 293/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera disposição da lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei n. 7.567, de 08/01/82). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 188/89, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que assegura aos dependentes do policial civil e militar mortos em serviço, a percepção de um pecúlio, a ser pago pelo Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 188/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, tem por finalidade assegurar aos dependentes do policial civil ou militar mortos em serviço, a percepção de um pecúlio, a ser pago pelo Estado.

A medida consubstanciada no projeto de lei em tela é justa e de alto cunho social e humanitário. Além disso, não encontra esta Comissão óbice legal ou constitucional ao mesmo.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RAUL LOPES

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 330/89, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que institui a Semana e o Dia do Voluntariado Paranaense. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 390/89, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao engenheiro ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 30/90, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, regulamentando os artigos 212 e 213 da Constituição do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, com apoioamento dos Senhores Deputados Raul Lopes, Nelson Vasconcellos e Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 sessões, do Projeto de Lei n. 30/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 sessões, o Projeto de Lei n. 30/90.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 30/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, tem por finalidade estabelecer critérios e normas para a execução da Política Habita-

cional do Estado do Paraná, regulamentando os artigos 212 e 213 da Constituição do Estado do Paraná.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 33/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara como "CIDADÃOS SENIOR" todos os cidadãos maiores de 65 anos de idade, em todo o território do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 15 sessões, do Projeto de Lei n° 33/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 15 sessões, o Projeto de Lei n° 33/90.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 33/90

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, da lavra do ilustrado Deputado Luciano Pizzatto, tem por objetivo declarar como Cidadãos Senior todos os cidadãos maiores de sessenta e cinco anos domiciliados em território paranaense.

A proposta atende a todos os requisitos de ordem processual legislativa, inexistindo óbice de qualquer natureza que impeça seu trâmite neste Poder Legislativo e conseqüente aprovação pelo Plenário de Deputados.

Quanto ao mérito, é necessário acen-tuar o aspecto social da proposição, como forma, inclusive, de oportunizar o cumprimento ao que reza a Constituição Federal e, por simetria, a nossa Carta do Estado.

"A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação e plena integração na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, propiciando-lhes fácil acesso aos bens e serviços coletivos". (Art. 233, C.E.).

A própria Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aliás, reconhecendo o alcance da matéria e cumprindo à determinação de complementar a legislação consti-

tucional, já aprovou proposição com objetivo de efetivar o cumprimento da carta Estadual no concorrente à questão da pessoa idosa. Dentre estas medidas, o Projeto de Lei n° 216/90, do Deputado subscritor do presente Parecer, transformado na Lei Estadual n° 9.264/90, que isentou os maiores de sessenta e cinco anos do pagamento da taxa para confecção da Cédula de Identidade junto à Secretaria do Estado de Segurança Pública.

Assim, acolhendo a proposição do nobre Deputado Luciano Pizzatto, a Assembléia Legislativa do Paraná reafirma sua preocupação com as causas afetas à pessoa idosa, pela sua integração e efetiva participação no Estado.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que cria "ad referendum" do plebiscito, o Município de ESPERANÇA NOVA, desmembrado do município de Pérola, com as divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 269/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, tem por finalidade criar "ad referendum" do plebiscito, o município de ESPERANÇA NOVA, desmembrado do município de Pérola, com as divisas e confrontações que especifica.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais e vigentes.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

##### PROJETO DE LEI N° 269/90

Art. - Fica criado, "ad referendum",

de plebiscito, o município de ESPERANÇA NOVA, desmembrado do município de Pérola, com as divisas abaixo especificadas:

COM O MUNICÍPIO DE PÉROLA

- Partindo do marco 160/161, cravado a margem da Estrada Jequitiba, seguiu-se rumo 75°35SW, com a distância de 1.020,00 metros, onde encontrou-se outro marco 160/161, cravado a margem direita do Córrego Gaivota.

- Deste marco seguiu-se margeando o Córrego Gaivota águas abaixo até o Ribeirão Jequitiba, confrontando por este lado com o município de Pérola.

COM O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

- Em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Jequitiba, águas abaixo até o Rio Paracai, confrontando por este lado com o município de São Jorge do Patrocínio.

COM O MUNICÍPIO DE UMUARAMA

- Em continuação seguiu-se margeando o Rio Paracai águas acima até a Estrada Lontra, confrontando por este lado com o município de Umuarama.

COM O MUNICÍPIO DE XAMBRE

- Em continuação, seguiu-se margeando a Estrada Lontra até o marco 269/270 cravado a margem da Estrada Lontra, confrontando por este lado com o município de Xambre.

COM O MUNICÍPIO DE PÉROLA

- Deste marco seguiu-se o rumo 58°37 SW, com a distância de 1.461,00 metros, onde encontrou-se outro marco 269/270, cravado a margem direita do Córrego do Milho.

Deste marco seguiu-se margeando o Córrego do Milho águas abaixo até o Ribeirão Palmital, confrontando-se por este lado com o município de Pérola.

Em continuação seguiu-se margeando o Ribeirão Palmital, lado direito águas acima até o Córrego Borboleta.

Dai seguiu-se margeando o Córrego Borboleta lado direito águas acima até o marco 76/77, cravado a margem do Córrego Borboleta.

Deste marco seguiu-se o rumo 54°24 SW, com a distância de 355,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77.

Em continuação seguiu-se o rumo 32°10 SW, com a distância de 1.345,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77 cravado a margem da Estrada Boa Esperança. Em continuação seguiu-se margeando a Estrada Boa Esperança até a Estrada Jequitiba, confrontando por este lado com o município de Pérola. Em continuação seguiu-se margeando a Estrada Jequitiba até o marco 161/160, ponto de partida.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Ferrari Júnior, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, João Arruda e Artagão Mattos Leão.

Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 58/90, de autoria dos Deputados ALGACI TÚLIO, RAFAEL GRECA, PEDRO TONELLI e IRONDI PUGLIESI, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de CACHOEIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria dos Deputados Algaci Túlio, Rafael Greca, Pedro Tonelli e Irondi Pugliesi, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do município de CACHOEIRA.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua norma tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(aa0 ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 61/90, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Imbituva, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de GUAMIRANGA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Deputada Vera Agibert, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Imbituva, para que a respectiva po-

pulação decida sobre a criação do município de GUAMIRANGA.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19 § 1º, II da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 61/90

Art. 1º - Autoriza a realização, de plebiscito, no município de GUAMIRANGA, desmembrado do município de Imbituva, com as divisas abaixo especificadas:

- Começa na Barra do Rio dos Patos com o Rio Lageadão, rio acima até o Rio Alagado.

- Subindo o Rio Alagado até o Rio Manduri, cruzando a BR 373 passando à direita da Igreja do Manduri.

- Daí segue em linha reta, passando por Queimadas, Barreiro e Mato Queimado, dividindo também com município de Prudentópolis.

- Desce a Serra Passa Quatro até cair no Rio Pederneiras, rio abaixo até o arroio do Tigre, cruzando a BR 373, no Km 64,5, descendo até o Rio Bonito, até o Rio Lageadão, divisa com Ivaí Pr, descendo até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Raul Lopes, Hermas Brandão, Namir Piacentini, Acir Mezzadri e Paulino José Delazeri.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de PARANÁ D'OESTE, com território desmembrado do município de Moreira Sales e divisas que especifica. (Publ. no D.A. n° 53, de 15.05.90.)

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 303/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do

nobre Deputado Namir Piacentini, visa criar "Ad-Referendum" do resultado do plebiscito, o município de Moreira Sales, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental, não há óbice algum para a normal tramitação deste pelos órgãos competentes deste Casa de Leis.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 306/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de MALU, com território desmembrado do município de Terra Boa e divisas que especifica. (Publ. no D.A. n° 53, de 15.05.90.)

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 306/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Namir Piacentini, tem por objetivo criar "Ad-Referendum" do resultado do plebiscito, o município de MALU, com território desmembrado do município de Terra Boa e divisas que especifica.

Conforme justificativa do autor, o Município que pretende criar reúne condições quanto aos aspectos de natureza social, política, econômica e urbana, capazes de lhe assegurar vida autônoma.

Quanto a legalidade e constitucionalidade deste, verificamos que não há óbice algum para sua normal tramitação pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RAUL LOPES

Relator

Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 77/90, VETO aposto ao Projeto de Lei n° 50/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o município de Pirapó, com território desmembrado do município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e divisas

que específica.

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Senhor Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, da Proposição nº 77/90. - Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, a Proposição nº 77/90.

OF/DTL/Nº 98/90

Curitiba, 24 de maio de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 060/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 050/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação do Município de PIRAPÓ, com território desmembrado do município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica.

O veto aposto decorre da informação contida no Of. P. 152/90 do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, onde assevera que, de acordo com os levantamentos efetuados em folhas topográficas, a distância verificada entre os perímetros urbanos Apucarana e do Município a ser criado apresenta-se inferior a 10 Km, ferindo desta maneira o disposto no art. 6º item I da Lei Orgânica dos Municípios. Assim, em face da ausência dos requisitos exibidos pela Lei para a constituição válida do Município, não resta outra alternativa senão a de negativa de sanção ao Projeto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 50/90, Publ. no D.A. nº 03, de 20/02/90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 1416, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1436, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1428, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1406, de autoria

Curitiba, quarta, em 30.05.90

dos Srs. Deputados Algaci Túlio e Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1408, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1438, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1459, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1404 e 1405, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1417 e 1410, de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1415, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1447 e 1448, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1453 e 1454, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1455, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1329, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1446, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1409, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1414, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1419, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1444, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Lossó, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.



Requerimento de n° 1433, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1437 e 1450, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1439, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1449, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1451, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1452, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1456, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1407, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1411, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1436-A, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Presidência apela aos Senhores Deputados, Líderes de Bancada que até a presente data ainda não encaminharam à Mesa indicação dos membros titulares e suplentes que comporão as Comissões Técnicas da Casa, para que o façam com a maior brevidade possível, para atendimento ao disposto pelo parágrafo 1° do artigo 31 do Regimento Interno, conforme o coeficiente e composição já anunciada ao Plenário.

Somente fizeram as indicações o PRN, PFL, o PSDB.

Faltam indicar, o PMDB, o PDT, o PTB e PL.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 188, 330, 390 e 269/89.  
e dos Projetos de Resolução n°s 58 e 61/90.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 303 e 306/90.

Levanta-se a sessão.